



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24/2023 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SALMOP

1- OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de materiais de TIC, para atendimento de demandas de suporte técnico da unidade SGSM, para o exercício 2023/2024.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Seguem abaixo os itens a serem contratados:

Item nº: 01

Descrição: Memória DIMM DDR4 8GB (CATMAT 473420):

Quantidade: 40

Unidade: UN

Especificação:

- Módulo de memória RAM DDR4 formato DIMM (para desktop);
- Capacidade de 8GB por módulo;
- Velocidade de 2400MHz;

Item nº: 02

Descrição: Memória SODIMM DDR4 8GB (CATMAT 473420):

Quantidade: 20

Unidade: UN

Especificação:

- Módulo de memória RAM DDR4 padrão SODIMM (para laptop);
- Capacidade de 8GB por módulo;
- Velocidade de 2400MHz;

Item nº: 03

Descrição: Fonte Desktop SFF (CATMAT 367792):

Quantidade: 20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Unidade: **UN**

Especificação:

- Fonte de alimentação para desktop no formato SFF (Small Form Factor);
- Potência nominal real: 200W;
- Tensão de entrada: Bivolt 115/230V, preferencialmente automático;
- Cooler interno;
- Conectores disponíveis:
- Conector ATX 24pinos;
- Conector 4 pinos 12V para CPU;
- 2 conectores para HDD SATA;

Item nº: 04

Descrição: HDD SATA 6TB (CATMAT 465003):

Quantidade: 6

Unidade: **UN**

Especificação:

- Disco magnético interno padrão SATA 3;
- Capacidade de 6TB;
- Velocidade de rotação: 5400 rpm;
- Cache: 256MB

Item nº: 05

Descrição: Fonte genérica para notebook (CATMAT 378372):

Quantidade: **40**

Unidade: **UN**

Especificação:

- Fonte de alimentação para diversas marcas de notebooks;
- Entrada de 115/230V;
- Tensões de saída: 12,18,19,20 e 24V;
- Seleção de tensão manual ou automática;
- Pinos de saída intercambiáveis e compatíveis com os padrões das marcas:
- Acer;
- HP;
- Lenovo;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Asus;
- Dell
- Potência: 65W;

Item nº: 06

Descrição: Testador de cabo de rede (CATMAT 274666):

Quantidade: 10

Unidade: UN

Especificação:

- Testador para cabos de rede CAT5e e CAT6, cabos coaxiais e USB;
- Unidade principal e remota;
- Conectores compatíveis: RJ45, USB e BNC;
- Alimentação por bateria inclusa;
- Indicadores luminosos contendo um led para cada um dos 8 pinos do cabo de rede, com os resultados:
- Cabo OK;
- Curto circuito;
- Interrupção;
- Cruzamento de cabos;

Item nº: 07

Descrição: SSD 480GB NVMe (CATMAT 453979):

Quantidade: 30

Unidade: UN

Especificação:

- Disco sólido (SSD) no formato M2 2280;
- Interface NVMe;
- Capacidade 480GB;
- Velocidade: 1500MB/s de leitura e 1000MB/s de escrita;

Item nº: 08

Descrição: Placa de captura HDMI x USB (CATMAT 481213):

Quantidade: 4

Unidade: UN

Especificação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- Adaptador USB para captura de Vídeo HDMI;
- USB 3.0;
- Entrada HDMI;
- Alimentação obtida da porta USB, sendo desnecessário o uso de fonte externa;
- Resoluções de vídeo suportadas:
 - 480p
 - 720p
 - 1080p
- Framerates suportados:
 - 23,976 (24) fps;
 - 25 fps;
 - 29,97 (30) fps;
 - 50 fps;
 - 59,94 (60) fps;

Item nº: 09

Descrição: Pilha recarregável AA (CATMAT 317533):

Quantidade: 60

Unidade: UN

Especificação:

- Formato AA;
- NiMH;
- 1,2V;
- 2000 mAh

Item nº: 10

Descrição: Pilha recarregável AAA (CATMAT 231785):

Quantidade: 60

Unidade: UN

Especificação:

- Formato AAA (palito);
- NiMH;
- 1,2V;
- 800 mAh



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Item nº: 11

Descrição: Carregador para pilhas recarregáveis (CATMAT 0328560):

Quantidade: 4

Unidade: UN

Especificação:

- Possibilidade de carregar pilhas AA e AAA;
- Possibilidade de carregar até 4 pilhas AA ou AAA em qualquer combinação, entre 1 e 4 pilhas;
- Indicação luminosa individual para pilha já carregada, pilha em carga e pilha defeituosa;
- Alimentação 115/230V AC;

Item nº: 12

Descrição: Kits de crimpagem (CATMAT 291168)

Kit contendo:

- Alicates de crimpagem;
- Decapador de cabo CAT-5e

Quantidade: 10

Unidade: UN

Item nº: 13

Descrição: Adaptador de tomada NBR x NEMA (CATMAT 393258):

Especificação: Pino adaptador 2P + T, bipolar, 10 A, 250V, padrão Nema fêmea para o padrão ABNT macho

Quantidade: 200

Unidade: UN

Item nº: 14

Descrição: Adaptador Display Port x HDMI (CATMAT 435888):

Quantidade: 100

Unidade: UN

Item nº: 15

Descrição: Adaptador DVI x HDMI (CATMAT 445783):

Quantidade: 100

Unidade: UN



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

LEGENDA DAS UNIDADES UTILIZADAS:

UN – UNIDADE

3. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

3.1- DA MOTIVAÇÃO:

Justifica-se a contratação dos materiais de TIC, para atendimento de demandas de suporte técnico da unidade SGSM, para o exercício 2023/2024.

3.2- DO OBJETIVO:

O objetivo da contratação dos itens constantes neste Termo de Referência é aquisição de peças ou ferramentas para prover a equipe de suporte da SGSM/CESTIC com material atualizado para efetiva manutenção dos diversos elementos do parque de TIC do TRE-ES. O quantitativo foi calculado com base na estimativa do Setor técnico deste Tribunal - SGSM.

3.3. REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES:

A fundamentação e os quantitativos a contratar encontram-se pormenorizados nos estudos técnicos preliminares, que embasaram a elaboração deste Termo de Referência.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

4.1 LOCAL DE ENTREGA:

O local de entrega será na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, no horário das 13h às 18h, de segunda à sexta-feira, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. A entrega poderá ser agendada através do e-mail salmop@tre-es.jus.br ou pelos telefones (27) 21218643 e 21218634.

4.2. PRAZO DE ENTREGA:

Entregar o material no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega ou a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

4.3. RECEBIMENTO DO OBJETO:

Recebimento Provisório: No ato da entrega os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

Recebimento Definitivo: Para o recebimento definitivo, será avaliado se os materiais estão em conformidade com todos os requisitos definidos no Edital;

O recebimento definitivo dar-se-á em um prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento provisório, com o atesto do documento fiscal.

4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos;

Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto.

4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Fornecer e entregar o produto conforme as especificações contidas neste Termo de Referência;

Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública;

Retirar ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido em Edital, mantendo todas as condições de habilitação nele existentes;

Substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência;

Retirar, no ato da substituição do objeto que esteja em desacordo com as especificações, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, os materiais que porventura tenham sido substituídos, por estarem em desacordo com as especificações;

Substituir, em até 05 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos por outro que contenha apenas os aprovados;

Providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo de entrega/substituição previsto neste instrumento, sob pena de caracterização de abandono, podendo ser, então, o material incorporado ao patrimônio deste TRE-ES;

Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Manter as certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas junto aos órgãos respectivos, durante toda a execução deste instrumento.

Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;

Assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, observando os prazos e as especificações constantes do Edital e seus anexos, bem como da respectiva proposta, sujeitando-se ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos materiais entregues e sua validade;

5. DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS):

1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

6. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. SANÇÕES APLICÁVEIS:

6.1.1. O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de contratar com a UNIÃO pelo período de até 5(cinco) anos;

6.1.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o licitante que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, e, ainda, às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total da multa	Valor incidência de multa
a) Atraso de entrega	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
b) Atraso na substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
c) Prazo excepcional de entrega ou substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
d) Inexecução total ou	----		30%	Objeto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

parcial				inexecutado
e) Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	----		0,5%	Total do contrato

6.1.3. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação.

6.1.4. Excepcionalmente, após esse prazo, e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o licitante vencedor à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento).

6.1.5. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

6.1.6. A aplicação das multas previstas não exime o licitante de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

6.1.7. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

6.1.8. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo único do art. 28 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

6.1.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

6.1.10. A contagem do prazo estabelecido no subitem 6.1.3. inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo licitante, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

6.1.11. A contagem do prazo estabelecido no subitem 6.1.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no subitem 6.1.2, alíneas "a" e "b", caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

7. PAGAMENTO

7.1. PRAZO DE PAGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

O objeto entregue pelo licitante vencedor será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável.

7.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

7.2.1. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo fiscal do contrato e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

7.2.2. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

8. PREÇO ESTIMADO

ITEM	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	203,00	8.120,00
02	185,70	3.714,00
03	159,00	3.180,00
04	1.177,22	7.063,32
05	83,46	3.338,40
06	160,50	1.605,00
07	314,50	9.435,00
08	106,30	425,20
09	13,92	835,20
10	9,95	298,50
11	125,00	500,00
12	69,00	690,00
13	9,59	1.918,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

14	30,50	3.050,00
15	17,65	1.765,00

9. DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

9.1. Não poderão ser contratadas para execução do objeto deste TR:

9.1.1. Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

9.1.2. Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

9.1.3. A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

9.1.4. Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis;

9.1.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

9.1.6. De acordo com o Acórdão do TCU nº 797/2011 – Plenário, em ocorrendo as hipóteses de que tratam os arts. 17, inciso XII, e 30, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, é vedada ao licitante, optante do Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos); e em caso de contratação, a licitante vencedora estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da referida lei complementar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

10.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

Em 22 de março de 2023.